

II.7.5 - Projeto de Educação Ambiental (PEA)

II.7.5.1 - Apresentação

Os Projetos de Educação Ambiental, condicionantes de licenciamento, utilizam metodologias participativas e técnicas educativas que possibilitam o empoderamento de grupos sociais afetados por empreendimentos marítimos de petróleo e gás natural, visando melhor qualificá-los para atuar em processos de decisão relacionados à gestão ambiental regional.

Estes projetos ambientais são desenvolvidos no âmbito de um Programa de Educação Ambiental Regional que é um conjunto de linhas de ação que se articulam a partir de um mesmo referencial teórico-metodológico para a promoção de processos educativos voltados ao desenvolvimento da gestão ambiental compartilhada de caráter também regional. Este programa promove a articulação dos Projetos de Educação Ambiental que seguem as diretrizes das diferentes linhas de ação, mas que são complementares na gestão ambiental de uma determinada região.

Um dos principais objetivos para a exigência de programas regionais de educação ambiental é o de evitar a execução de projetos isolados e algumas de suas consequências, como o desgaste de públicos participantes e a sobreposição de ações numa mesma área e/ou sobre um mesmo público.

Neste item, em atendimento ao Termo de Referência CGPEG/DILIC/IBAMA nº 001/15, é destacada uma breve discussão sobre as bases teórico-metodológicas adotadas para a construção e desenvolvimento dos Projetos de Educação Ambiental no âmbito da Petrobras e sua regionalização para as Bacias de Santos e de Campos (PEA-RIO e PEA-BC) e Bacia do Espírito Santo (PEA-ES), assim como as etapas já desenvolvidas e aquelas em planejamento, cujas ações abrangerão os municípios da Área de Influência do Desenvolvimento da Produção do Campo de Tartaruga Verde – Bacia de Campos.

Importante destacar que todo o processo leva em consideração as bases teórico-metodológicas apresentadas nas “*Orientações Pedagógicas do IBAMA para a Elaboração e Implementação de Programas de Educação Ambiental no*

Licenciamento de Atividades de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural e na Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA N° 01/10, de 13.7.2010. São consideradas também as informações contidas na Instrução Normativa N° 02/12 do IBAMA.

II.7.5.2 - Bases Teórico-Methodológicas

A Educação Ambiental proposta pelo órgão ambiental é simultaneamente crítica, democrática e emancipatória. Crítica, porque alinhada à compreensão de que, no lugar de uma reflexividade parcial, fragmentária e reducionista, o processo educativo deve orientar, tanto os grupos sociais, como os facilitadores para uma "leitura crítica de um espaço complexo" (GUIMARÃES, 2004, p. 28).

Esta "leitura crítica" introduz o reconhecimento do passivo histórico das questões socioambientais locais pelos sujeitos sociais ali enraizados enquanto reconhecimento das "relações de poder entre grupos sociais situados nos territórios definidos por processos produtivos licenciados" (LOUREIRO, 2010, p. 14). Democrática, devido ao enfoque que, desde o início do processo, busca fortalecer a participação dos grupos sociais na elaboração, aprimoramento e condução de instâncias e formas de controle social de definição de políticas públicas e projetos socioambientais de gestão e uso sustentável dos recursos ambientais.

Trata-se de facilitar aos protagonistas sociais tradicionalmente excluídos das esferas decisórias o acesso político às decisões sobre a qualidade de vida e a produção e reprodução de seus modos de vida e identidades culturais relacionados a determinado território. Por fim, é uma concepção de Educação Ambiental emancipatória, na medida em que se fundamenta na ideia de que se deve buscar a superação das causas estruturais dos problemas ambientais por meio da ação.

O primeiro passo deste processo educativo é realizar um Diagnóstico Participativo com os grupos sociais predeterminados em uma Caracterização Socioambiental realizada nos locais que sofrem impacto de um determinado empreendimento dentro da sua área de influência.

II.7.5.3 - Diagnóstico Participativo

O Diagnóstico Participativo visa possibilitar ao grupo social/comunitário “diagnosticado” o direito a narrar diretamente às condições de produção e de reprodução de seu modo de vida, suas experiências passadas e seus anseios futuros.

Contudo, para ultrapassar a limitação descritiva, com o Diagnóstico Participativo pretende-se alcançar uma forma de produção de conhecimento que permita aos sujeitos sistematizar sua experiência no curso da história ou, em outras palavras, fornecer ao grupo social/comunitário as ferramentas que lhe permitam reconhecer “sua situação existencial, concreta, presente, como um problema que, por sua vez, o desafia. Assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação” (FREIRE, 1982, p.101).

Desta forma, o Diagnóstico Participativo busca constituir-se em momento propício para que os grupos sociais comunitários apreendam as tensões e contradições que perpassem suas vivências concretas, se localizem na integralidade do tempo histórico e, a partir dessa experiência de criação e ressignificação de conhecimentos, reconheçam suas potencialidades transformadoras e estabeleçam suas prioridades de ação política.

O Diagnóstico Participativo, conforme descrito na NT 01/10, é o conjunto de procedimentos metodológicos capazes de coletar e analisar dados primários junto a grupos sociais localizados na área de influência de determinado empreendimento em licenciamento.

Os principais objetivos do Diagnóstico Participativo são:

- (i) identificar e caracterizar problemas ambientais e conflitos que estejam direta ou indiretamente relacionados aos impactos da cadeia produtiva da indústria do petróleo e gás natural;
- (ii) identificar e caracterizar problemas ambientais e conflitos que não estejam relacionados aos impactos da cadeia produtiva da indústria do petróleo e gás natural;

- (iii) identificar e caracterizar potencialidades socioambientais encontradas nas localidades abrangidas pelo diagnóstico;
- (iv) identificar e caracterizar os sujeitos prioritários da ação educativa; e
- (v) definir agenda de prioridades.

II.7.5.4 - Regionalização dos Programas de Educação Ambiental

A Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/2010 de 13.7.2010, que orienta a elaboração e execução dos Projetos de Educação Ambiental, estabeleceu também a regionalização dos Programas.

Considerando essa regionalização, os programas de educação ambiental são divididos em 12 regiões, considerando as Bacias nas quais se localizam os referidos municípios da área de influência. Dessa forma, no Quadro II.7.5.4-1 segue a regionalização dos PEAs.

Quadro II.7.5.4-1 - Regionalização dos Programas de Educação Ambiental.

NÚMERO DA REGIÃO	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	REGIÃO DE IMPLANTAÇÃO	
		MUNICÍPIOS INSERIDOS	BACIA MARÍTIMA
1	PEA-RS	Todo o litoral do Rio Grande do Sul	Bacia de Pelotas
2	PEA-Sul	Todo o litoral de Santa Catarina e Paraná	Bacia de Santos
3	PEA-SP	Todo o litoral de São Paulo	Bacia de Santos
4	PEA-RJ	Municípios litorâneos de Parati a Maricá	Bacia de Santos
5	PEA-BC	Municípios litorâneos de Saquarema a Maricá a São Francisco do Itabapoana	Bacia de Santos e Bacia de Campos
6	PEA-ES	Litoral do Espírito Santo	Bacia de Campos e Bacia do Espírito Santo
7	PEA-BA	Litoral da Bahia	Bacia de Mucuri, Bacia de Cumuruxatiba, Bacia de Jequitinhonha, Bacia de Camamu-Almada e Bacia do Recôncavo Baiano
8	PEA-Seal	Litoral de Sergipe e Alagoas	Bacias de Sergipe-Alagoas.
9	PEA-Pepar	Litoral de Pernambuco e Paraíba	Bacias de Pernambuco-Paraíba
10	PEA-RN	Litoral do Rio Grande do Norte	Bacia Potiguar.
11	PEA-CE	Litoral do Ceará	Bacia do Ceará.
12	PEA-Norte	Litoral do Piauí, Maranhão, Pará e Amapá	Bacia de Barreirinhas, Bacia do Pará-Maranhão e Bacia da Foz do Amazonas

Conforme já mencionado, os municípios da área de influência do empreendimento serão contemplados pelas ações educativas dos seguintes Projetos e Programa de Educação Ambiental da Petrobras: PEA-ES (UO-ES), PEA-BC (UO-RIO e UO-BC) e PEA-RIO (UO-BS).

A seguir, apresenta-se o detalhamento sobre estes três projetos regionalizados.

II.7.5.5 - Projeto de Educação Ambiental da Petrobras UO-ES - PEA-ES

O Projeto de Educação Ambiental a ser implementado no estado do Espírito Santo está em conformidade com a aprovação da proposta do projeto “Redes de Cidadania”, enviada ao IBAMA através da carta UO-ES 0857/2015, de 31/08/2015, de acordo com a emissão do parecer técnico PAR 02022.000489/2015-81 CPROD/IBAMA.

O projeto Redes de Cidadania objetiva a mobilização e organização dos sujeitos da ação educativa a ser realizada - ou seja, a comunidade pesqueira direta ou indiretamente envolvida na cadeia de produção, de forma a fortalecer as ações vinculadas aos eixos de Economia Solidária e Geração de Trabalho e Renda (GTR), Licenciamento Ambiental e Letramento Digital. Este projeto tem como público alvo os pescadores artesanais, marisqueiras e respectivos familiares que residem nas comunidades impactadas pelos empreendimentos da Petrobras nos municípios do litoral do Espírito Santo.

Esta proposta atende às diretrizes da CGPEG/IBAMA no que diz respeito ao desenvolvimento da Linha de Ação A “*Organização Comunitária para participação na gestão ambiental, no âmbito do licenciamento ambiental*”, preconizada pela NT CGPEG/IBAMA nº 001/10, que foi selecionada com base no resultado do diagnóstico participativo realizado.

Área de Abrangência

De acordo com as orientações do órgão licenciador, este PEA deve ser desenvolvido no formato piloto nos municípios do estado do Espírito Santo que

possuem projeto de geração de trabalho e renda decorrente dos Planos de Compensação Pesqueira: Conceição da Barra, São Mateus, Serra, Aracruz, Linhares, Vitória e Vila Velha. Esses municípios foram selecionados por estarem inseridos em área de influência das atividades realizadas pela Petrobras.

No caso do empreendimento do Desenvolvimento da Produção do Campo de Tartaruga Verde - Bacia de Campos, o município de Vila Velha será contemplado nesta fase piloto do projeto “Redes de Cidadania”.

Etapas do PEA-ES

O projeto “Redes de Cidadania”, após realização do diagnóstico participativo, que definiu a linha de ação e o escopo deste projeto, está a etapa de aprovação do Plano de Trabalho que foi apresentado ao IBAMA (Processo IBAMA 02022.003208/2006-51) no mês de novembro de 2015.

As atividades que serão desenvolvidas na implementação do PEA-ES estão relacionadas aos eixos centrais que devem promover a inclusão social e a participação cidadã através de processos formativos e de capacitação que tem como foco o letramento digital, economia solidária e licenciamento ambiental. Para tanto, serão adotadas estratégias de ensino, pesquisa e extensão que levam em consideração ações participativas e de fomento à integração dos sujeitos envolvidos, na perspectiva de estimular um ambiente colaborativo que permita o empoderamento e a autonomia comunitária.

II.7.5.6 - Projeto de Educação Ambiental da Bacia de Campos - PEA-BC

A Petrobras mantém ativos, na Bacia de Campos, 03 (três) Projetos de Educação Ambiental, de forma articulada e complementar, com objetivo de fortalecer as potencialidades identificadas no Diagnóstico Participativo, e de mitigar os impactos negativos das atividades de E&P nas comunidades da área de influência dos empreendimentos licenciados, a saber:

- ★ Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos - NEA-BC;

- ★ Pescarte¹;
- ★ Territórios do Petróleo: Royalties e Vigília Cidadã.

O NEA-BC tem foco de atuação, segundo as diretrizes da Nota Técnica Nº 01/10, na *Linha de Ação A – Organização Comunitária para a participação na gestão ambiental*, no qual o público das ações educativas são os jovens e lideranças comunitárias. O Pescarte também atua na Linha de Ação A, mas tem como público alvo os pescadores artesanais e seus familiares.

O projeto Territórios do Petróleo: Royalties e Vigília Cidadã tem foco de atuação na *Linha de Ação B - Controle social de royalties e de participações especiais da produção de petróleo e gás natural*. O objetivo deste projeto é promover a discussão pública em torno da distribuição e aplicação dos Royalties e Participações Especiais, qualificando a comunidade para um diálogo mais aproximado à gestão do poder público municipal. O público alvo das ações educativas são os representantes de agentes comunitários e lideranças comunitárias de grupos sociais mais vulneráveis aos impactos da indústria do petróleo, representantes de associações comerciais, cooperativas, sindicatos e agremiações representativas da sociedade civil, sindicatos e associações de professores da rede pública e privada, e agremiações estudantis universitárias.

Área de Abrangência

A área de abrangência dos projetos de educação ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC) contempla 13 (treze) municípios do estado do Rio de Janeiro:

- ★ Saquarema;
- ★ Araruama;
- ★ Arraial do Cabo;
- ★ Cabo Frio;
- ★ Armação dos Búzios;
- ★ Casimiro de Abreu;

¹ O Projeto Pescarte atende ao licenciamento ambiental do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da Atividade de Produção da Bacia de Campos.

- ★ Rio das Ostras;
- ★ Macaé;
- ★ Carapebus;
- ★ Quissamã;
- ★ Campos dos Goytacazes;
- ★ São João da Barra;
- ★ São Francisco de Itabapoana.

Para o Desenvolvimento da Produção do Campo de Tartaruga Verde - Bacia de Campos, o PEA-BC contemplará 10 (dez) municípios do estado do Rio de Janeiro: São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Quissamã, Macaé, Rio das Ostras, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo e Saquarema.

O projeto NEA-BC é o único que abrange os 13 (treze) municípios da Bacia de Campos citados acima. O Pescarte tem atuação em 07 (sete) municípios² e o Territórios do Petróleo em 10 (dez)³.

As ações de educação ambiental para o Desenvolvimento da Produção do Campo de Tartaruga Verde - Bacia de Campos serão realizadas no âmbito do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo: Royalties e Vigília Cidadã, Processo IBAMA nº 02022.000469/2015.

Salienta-se que este projeto está em fase de implementação na região da Bacia de Campos, com atividades iniciadas em 2014, e já abrange os municípios da área de influência do Desenvolvimento da Produção do Campo de Tartaruga Verde – Bacia de Campos. Portanto é oportuno que este PEA seja adotado para atender ao processo de licenciamento ambiental deste empreendimento, visto que a região possui projetos educacionais da Petrobras e das demais empresas do setor de óleo e gás que atuam nesta Bacia, implantados recentemente e com foco nos mesmos atores sociais.

² Pescarte: Arraial do Cabo, Cabo Frio, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana.

³ Territórios do Petróleo: Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes e São João da Barra.

Etapas do PEA-BC

Em conformidade com as orientações contidas no item 6.4.2.1 da NT nº 01/10, os Planos de Trabalho dos PEAs devem ser implementados no período de 24 ou de 36 meses, justificando-se a escolha por um desses dois períodos.

O projeto NEA-BC é o mais antigo em execução na Bacia de Campos e atualmente encontra-se na fase final do segundo ciclo. A última ação regional foi o “Evento de Culminância e Avaliação” que contou com a participação de todos os grupos representantes dos 13 (treze) municípios de abrangência do projeto, ocasião a qual foram apresentados os resultados alcançados.

Este projeto está em fase de transição de ciclo, com plano de trabalho para o 3º ciclo já aprovado pelo órgão ambiental, e os projetos locais construídos de forma participativa com os sujeitos da ação educativa.

O Territórios do Petróleo encontra-se em fase de implementação do primeiro Plano de Trabalho, aprovado pelo IBAMA por meio da Ata de Reunião Nº 8/5/2013/CGPEG/DILIC/IBAMA, cuja vigência estende-se até 14 de maio de 2016. Já o Plano de Trabalho referente ao 2º Ciclo encontra-se em fase final de elaboração e deverá ser protocolado no órgão licenciador em novembro de 2015.

A primeira atividade do projeto culminou com uma ampla mobilização do público alvo, após mapeamento dos atores sociais, visitas aos comunitários e reuniões com representantes de instituições municipais e/ou regionais para apresentação do plano de trabalho.

Em novembro de 2014 foi iniciado o Ciclo de Sensibilização implementado por meio de uma Caravana itinerante que visitou os dez municípios atualmente beneficiados pelo projeto. Os principais objetivos dessa etapa foram: apresentar o projeto; debater sobre os temas relacionados ao Licenciamento e Educação Ambiental, Royalties e Orçamento Público, e Participação e Controle Social; e também mobilizar e identificar sujeitos da ação educativa que demonstrassem interesse e potencial para a composição dos Núcleos de Vigília Cidadã.

Esta ação contemplou as seguintes atividades: circuito ambiental, mostra de cinema ambiental, totens informativos, jogos cooperativos, teatro do oprimido, mesa redonda sobre os temas abordados pelo projeto, oficina do futuro e oficina

devolutiva - atividade que teve como objetivo a atualização das demandas e identificação das potencialidades indicadas no Diagnóstico Participativo, e avaliação da “Caravana”.

Após a sensibilização dos sujeitos da ação educativa, os mesmos foram convidados a participar do Ciclo de Formação, composto por uma sequência de oficinas que trataram dos seguintes temas: educação e licenciamento ambiental; participação e controle social; royalties e orçamento público; impactos socioambientais e políticas públicas; cidadania; mídias digitais e linguagem jornalística.

Com o objetivo de manter a mobilização e aprofundar os conhecimentos adquiridos durante as oficinas de formação, a atividade “Encontros nos Territórios” foi implementada com participantes de todos os municípios abrangidos pelo projeto.

Cabe destacar que também foram realizados dez “Encontros Municipais de Avaliação”, momento em que ocorreu uma avaliação participativa do primeiro ano de implementação do projeto Territórios do Petróleo.

Por fim, ressalta-se que até o final da vigência deste 1º Plano de Trabalho, estão previstos:

- ★ um encontro regional para intercâmbio e integração;
- ★ produção de dez documentários;
- ★ oficinas de produção e de linguagem audiovisual;
- ★ lançamento do site do projeto;
- ★ publicação de dois livros; e ainda,
- ★ produção acadêmica prevista no escopo do projeto.

II.7.5.7 - Programa de Educação Ambiental do Rio de Janeiro - PEA-RIO

O Programa de Educação Ambiental do Rio de Janeiro (PEA-RIO) é um dos programas no qual a UO-BS deve desenvolver os projetos de Educação Ambiental condicionantes de licença de empreendimentos com área de influência na Bacia de Santos. Assim como nos outros programas citados, os projetos que

irão compor o PEA-RIO deverão atender às diretrizes da CGPEG/IBAMA preconizadas pela NT CGPEG/IBAMA nº 001/10.

Área de Abrangência

A Área de abrangência do PEA-RIO inclui todos os municípios fluminenses litorâneos de Paraty a Maricá. Porém, pelo fato de ser uma região que contempla municípios com realidades sociais totalmente diferentes, ficou acordado com o IBAMA/CGPEG que seriam utilizadas metodologias diferenciadas nos processos de diagnose. Sendo assim, foi aprovada uma metodologia para as baías de Ilha Grande e Sepetiba e outra para a Baía de Guanabara, devido a sua complexidade urbana.

No caso da Baía de Guanabara, a proposta metodológica aprovada pelo IBAMA/CGPEG contempla como área de diagnose um recorte espacial do seu entorno com extensão de 5 km a partir de sua margem com foco no uso do espelho d'água. Assim, esta porção inclui áreas dos municípios do Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Guapimirim, Magé e Duque de Caxias.

No caso do Desenvolvimento da Produção do Campo de Tartaruga Verde - Bacia de Campos, o PEA-RIO abrange os seguintes municípios de sua Área de Influência: Maricá⁴, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Magé, Rio de Janeiro.

Etapas do PEA-RIO

A metodologia aprovada para a Baía de Guanabara conta com um detalhado levantamento de dados secundários (macro diagnósticos). A partir deste método busca-se definir, com maior probabilidade de acerto, as comunidades que tem o envolvimento direto com as interferências das atividades da área de Exploração e Produção da Petrobras no espelho d'água da baía. Algumas etapas da metodologia aprovada já foram realizadas, a saber:

⁴ Maricá foi incluído no diagnóstico participativo realizado para os municípios da área de abrangência do PEA-BC finalizado pela UO-BC em 2012, de comum acordo com o IBAMA/CGPEG. A análise dos resultados daquele diagnóstico indicou que não seria necessário o desenvolvimento de projeto de Educação Ambiental específico para o município, tendo sido os argumentos apresentados aprovados pelo órgão ambiental. Pelo exposto, até o momento, não foi necessária uma proposta de Projeto de Educação Ambiental específico para este município.

- ★ levantamento de dados secundários e elaboração de mapas;
- ★ análise dos dados secundários e dos mapas e
- ★ seleção das comunidades (conforme critérios aprovados pelo IBAMA/CGPEG).

Em agosto de 2015 foi apresentado ao órgão ambiental um Relatório Analítico com a relação e justificativa das comunidades a serem contempladas na etapa seguinte, tendo em vista a inviabilidade de execução das atividades em locais onde o histórico de violência coloca em risco a equipe de pesquisadores, e ou que venham a impedir a entrada dessa equipe. Em reunião realizada entre o órgão licenciador e a empresa foram definidas as comunidades a serem contempladas na etapa seguinte de Pesquisa.

O documento foi revisado devido às considerações realizadas pelo IBAMA, e em setembro de 2015 foi protocolado no órgão ambiental.

A etapa de Pesquisa Socioantropológica teve início em novembro de 2015 e visa aprofundar ainda mais as informações sobre temas como: vulnerabilidade, pertencimento e tradicionalidade das comunidades.

Finalizada esta etapa será realizada a Etapa de cruzamento de dados secundários e dados primários, com o resultado deste cruzamento haverá uma Etapa de alinhamento conceitual e preparação da equipe de campo e em seguida será executada a Etapa de escuta de narrativa através da realização de oficinas nas comunidades.

Estas oficinas permitirão o complemento das informações sobre os problemas socioambientais, conflitos relacionados ou não com a cadeia de petróleo e gás, e identificação das potencialidades comunitárias para que seja finalizado este estudo na Baía de Guanabara e desta forma se elaborar uma proposição de projeto de educação ambiental para os municípios desta região, de acordo com o resultado do diagnóstico.

II.7.5.8 - Efetividade dos PEAs como medida mitigadora dos impactos identificados

Os projetos de educação ambiental são medidas mitigadoras dos impactos identificados no licenciamento ambiental de atividades do setor de óleo e gás.

No caso do Desenvolvimento da Produção do Campo de Tartaruga Verde – Bacia de Campos, os municípios de sua Área de Influência serão contemplados pelas ações educativas dos três projetos / programa regionalizados da Petrobras, que encontram-se em diferentes fases de implantação:

- ★ PEA-ES está na fase de aprovação do plano de trabalho;
- ★ PEA-BC com projetos em execução;
- ★ PEA-RIO que está na etapa de diagnóstico para posterior definição dos projetos de educação ambiental.

Todavia, é oportuno mencionar que os projetos da Bacia de Campos já possuem um nível de maturação mais elevado que os demais, e estão em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo IBAMA, através dos projetos por este órgão aprovados. Os resultados alcançados são apresentados nos relatórios encaminhados periodicamente ao órgão licenciador por meio de processos específicos; assim como o acompanhamento de atividades de campo, sempre que possível, por uma equipe da CGPEG/IBAMA.

Vale destacar que o PEA-BC “Territórios do Petróleo”, em fase de implementação do primeiro plano de trabalho, possui como tema central as rendas do petróleo (os royalties e as participações especiais), assunto que tem despertado grande interesse dos comunitários, que consideram este PEA como uma oportunidade para se qualificarem e futuramente incidirem nas questões relacionadas aos dispositivos democráticos de controle social como o orçamento público municipal e políticas públicas locais.

Neste sentido, a expectativa é de que a efetividade deste projeto como medida mitigadora dos impactos identificados possa ser conseguida em um futuro próximo, já que nesta fase inicial mais de 10 mil pessoas participaram das atividades da Caravana e cerca de 300 comunitários de ações formativas que

visam criar, em cada município da área de abrangência do projeto, um Núcleo de Vigília Cidadã⁵. Além disso, as avaliações participativas sinalizaram que o projeto vem atendendo os objetivos e alcançando os resultados esperados.

⁵ Núcleo dedicado a pesquisar a realidade local, entender o impacto da indústria do petróleo e ainda compilar e difundir informações que permitam um avanço na participação e gestão do controle social municipal sobre a aplicação das receitas do petróleo.